

Seleção de Estágio

MPF/MA

Data de aplicação da prova: 22/09/2013

2013

Formação do quadro de reserva

Área: Direito

Informações do Candidato

Nome completo: _____
Número de inscrição: _____
Instituição de ensino: _____
Turno escolhido para estágio: _____

Prova Objetiva e Discursiva - Orientações Gerais

1 - Escreva seu nome apenas no espaço indicado nesta folha. Na folha de resposta, o candidato deverá por, no local indicado, somente o número da inscrição, que poderá ser confirmado pelo fiscal de prova no momento da sua realização. O candidato que, por qualquer forma, identificar sua prova de maneira diversa à permitida, será eliminado do certame.

2 - O tempo de duração da prova é de 5 (cinco) horas.

3 - A prova objetiva contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha. Cada questão contém 4 (quatro) proposições, indicadas pelas letras "a", "b", "c" e "d", com apenas uma resposta certa.

4 - A prova discursiva contém 2 (duas) questões.

5 - Caso o caderno esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

6 - Preencher as respostas exclusivamente na folha de resposta – qualquer escrito fora desse espaço não será considerado.

7 - Usar caneta esferográfica azul ou preta – não será considerada a escrita ou a marcação com lápis ou grafite.

8 - Durante a realização da prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo entre os que já tenham terminado as provas.

9 - Não será admitida qualquer espécie de consulta a livros ou apontamentos ou qualquer outro material de consulta.

10 - Não será permitida a saída de candidatos portando o caderno de provas ou a folha de resposta.

11 - A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital e no presente caderno poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais poderão ser obtidas no Núcleo de Recursos Humanos da Procuradoria da República no Estado do Maranhão pelos telefones (98) 3213-7130/7138 ou na homepage www.prma.mpf.gov.br.

PROVA OBJETIVA

1) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **EXCETO**:

- a) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) Fomentar o pluralismo político.

2) Quanto ao remédio constitucional habeas corpus:

I - Pode ter tanto caráter repressivo quanto preventivo.

II – Está afeto ao direito de livre locomoção.

III – Somente se concederá habeas corpus para salvaguardar a prática de ilegalidades ou abuso de poder perpetradas por autoridades policiais.

IV – É gratuito.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) III e IV estão corretas.
- c) I, II e IV estão corretas.
- d) I, II e III estão corretas.

3) No que se refere à Constituição Federal, às emendas constitucionais e ao processo legislativo, pode-se afirmar que:

a) A Constituição Federal instituiu mecanismos de freios e contrapesos, de modo a concretizar-se a harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como, por exemplo, a possibilidade de que o Poder Judiciário declare a inconstitucionalidade das leis.

b) Projeto de emenda constitucional que vise alterar o § 4.º do art. 60 da CF, de maneira a abrogar a cláusula pétrea consistente na periodicidade do voto, não ofende a Constituição, já que inexistente vedação expressa de que o poder constituinte reformador ab-rogue cláusulas pétreas.

c) É expressamente vedada a edição de medidas provisórias que versem sobre matérias reservadas à lei ordinária.

d) Serão inconstitucionais leis estaduais que disponham sobre direito tributário, financeiro e urbanístico, matérias que se inserem no âmbito da competência privativa da União.

4) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Único de Saúde – SUS. Assinale a alternativa que **NÃO CONSTITUI** diretriz do SUS:

a) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

b) Participação da comunidade.

c) Seletividade e distributividade na prestação dos serviços.

d) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

5) Sobre a política Nacional do Meio Ambiente, assinale a opção **INCORRETA**:

a) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei complementar, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

6) Em relação aos atos administrativos:

I – Pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos apontados como fundamentos para a sua adoção, a sujeitar o ente público aos seus termos, o que não se aplica, contudo, aos atos discricionários.

II – À luz do princípio do devido processo legal, não mais se apresenta admissível invocar a

administração pública, em seu favor, o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

III – A autorização é o ato administrativo discricionário mediante o qual a administração pública outorga a alguém o direito de realizar determinada atividade material.

IV - Diz-se haver um ato administrativo atingido sua finalidade caso alcance a proteção do bem jurídico prevista na lei que o instituiu.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) I e IV estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) I, II e III estão corretas.
- d) III e IV estão corretas.

7) Em relação aos princípios da Administração Pública, tem-se por **CORRETO** afirmar:

- a) O princípio da supremacia do interesse público, por não restar expresso na Constituição Federal de 1988, não é acolhido pelo ordenamento jurídico pátrio.
- b) Não mais se apresenta lícito, dado o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, o exercício da autotutela administrativa.
- c) O princípio da proporcionalidade se associa à ideia de ponderação de valores, apresentando como subprincípios a adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.
- d) Tendo em vista o princípio da publicidade, será inadmissível a alegação de preservação da segurança da sociedade ou do Estado para recusar a prestação de informações aos cidadãos, podendo o cidadão, nessa hipótese, utilizar-se de habeas data ou mandado de segurança.

8) No que tange aos atos de improbidade administrativa, é **CORRETO** afirmar:

- a) As sanções previstas na Lei de Improbidade não podem alcançar particulares que eventualmente tenham celebrado contratos com a administração pública, mas apenas os agentes públicos, assim entendidos como todos aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta ou indireta.
- b) A indisponibilidade de bens a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deve se limitar à constrição de bens necessários ao ressarcimento integral do dano, podendo incidir inclusive sobre bens adquiridos antes do ato de improbidade ou antes da vigência da lei em tela.
- c) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a

medida se fizer necessária à instrução processual ou quando patente a verossimilhança nas alegações formuladas pelo Ministério Público.

d) A perda da função pública é sanção aplicável àqueles que pratiquem atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito ou que gerem lesão ao aerário, mas não aos que pratiquem atos de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública.

9) É CORRETO afirmar que:

a) Sujeitam-se à desapropriação o espaço aéreo, o subsolo, a posse, bem como direitos e ações, entre outros bens, desde que sejam privados e se tornem objeto de declaração de utilidade pública ou de interesse social.

b) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.

c) Reversão consiste na transferência, em virtude de extinção contratual, dos bens do concessionário para o patrimônio do concedente.

d) A desapropriação consiste num procedimento administrativo mediante o qual o Estado, após prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, adquire a propriedade de um bem, independente da aquiescência de seu proprietário, que em contrapartida receberá uma justa indenização, sempre prévia e em dinheiro.

10) Acerca do regime constitucional do servidor público no exercício de mandato eletivo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas será afastado do exercício de ser cargo efetivo caso haja incompatibilidade de horário.

b) Caso investido no mandato de Prefeito ou Governador, poderá optar pela remuneração.

c) Caso investido no mandato de Vereador, poderá cumular as duas remunerações.

d) Caso seja afastado do exercício do cargo efetivo, o tempo de afastamento não poderá computado para fins de aposentadoria por tempo de serviço.

11) No ano da Copa das Confederações, determinada empresa X promoveu o lançamento de um álbum de figurinhas dos jogadores participantes do torneio, passando a vender a publicação. As figurinhas, que continham a imagem dos jogadores, eram distribuídas a cada vez que o consumidor comprasse produto da empresa, como uma espécie de brinde. A publicação e as figurinhas fizeram imenso sucesso entre crianças e adolescentes e alavancaram as vendas da empresa. No entanto, o jogador 'Pixita' ingressou em juízo alegando que jamais autorizara o uso da sua imagem, postulando indenização.

A respeito do direito à imagem e dos direitos de personalidade, marque a única alternativa **CORRETA:**

- a) as pessoas públicas, como jogadores de futebol, tem o seu direito à imagem relativizado em prol do interesse da sociedade. Logo, seria desnecessária a solicitação de autorização da imagem para uso na publicação em questão.
- b) se não houver demonstração de prejuízo à imagem do jogador, é incabível a indenização.
- c) independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- d) como as figurinhas dos jogadores não foram vendidas separadamente, não se pode falar em finalidade comercial ou econômica da sua distribuição; logo, não há direito à reparação.

12) Determinado curso particular de língua estrangeira fez erguer sobre a calçada e parte de uma pequena praça o pátio de entrada e saída dos estudantes. Realizou todas as obras no período noturno e finais de semana. Nessa área, aproximadamente 25 m², realizou diversos melhoramentos: além de construir um pequeno muro ao redor da calçada e de parte da praça, plantou espécies ornamentais, colocou iluminação diferenciada e instalou uma pequena guarita, a fim de garantir a segurança dos seus estudantes no interior do espaço. Os pedestres que não fossem alunos perderam a possibilidade de circular pela calçada e usar a praça.

A respeito do caso e considerando a disciplina dos bens públicos no Direito Civil:

- a) No caso narrado, houve a conversão de bens de uso comum do povo em bens dominicais, mediante ato excepcional do particular e do eventual abandono do espaço pelo Poder Público.
- b) Os bens de uso comum do povo excepcionalmente podem ser objeto de usucapião. Logo, superado determinado lapso temporal fixado em lei, a praça e calçada poderiam ser incorporadas ao patrimônio da empresa, sobretudo considerando o estado de abandono em que as áreas públicas se encontram e a possibilidade de melhorias pelo uso particular, tal como realizado.
- c) A retirada dessas construções acima mencionadas pelo Poder Público fica condicionada sempre à prévia e justa indenização das benfeitorias realizadas ao particular.
- d) ruas e praças são espécies de bens de uso comum do povo. A determinação de retirada de construções irregulares neles promovidas por particulares prescinde de prévia e justa indenização pelo Poder Público.

13) A respeito da responsabilidade civil, observe o seguinte caso:

Fulano de tal ingressou com ação de reparação por danos morais e materiais em função do óbito do seu pai, João, em decorrência de incêndio ocorrido dentro de uma casa de shows, contra o município de Tabajara. De acordo com a alegação do autor, o município falhara em seu dever de impedir o funcionamento irregular da casa de shows, pois o estabelecimento não possuía segurança contra incêndio, circunstância de conhecimento do Ente local. No entanto, o Município se omitiu. A sentença acolheu parcialmente o pedido e fixou indenização por danos materiais ao filho da vítima e por danos morais. Contudo, a Prefeitura alegou que o fato não era de sua responsabilidade, eis que o incêndio foi resultado da ação de terceiros (integrantes da banda),

que soltaram fogos de artifício em ambiente fechado. Afirmou que a casa de shows estaria na clandestinidade. O Tribunal respectivo negou provimento ao recurso e confirmou a sentença de primeiro grau, afirmando estar caracterizada a responsabilidade, uma vez que a omissão do Poder Público deu causa ao dano.

Assinale a única assertiva **CORRETA** sobre a responsabilidade civil e a sua disciplina no Código Civil Brasileiro:

- a) A responsabilidade civil é dependente da criminal, sendo possível questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- b) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- c) Nunca haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- d) A indenização mede-se pelos valores do funeral.

14) A respeito das partes e dos seus procuradores no processo civil, assinale a única alternativa **CORRETA**:

- a) Toda pessoa que se ache no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo, o que se denomina capacidade postulatória.
- b) Deverá ocorrer a nomeação de curador especial ao revel citado por edital ou por hora certa, bem assim ao réu preso; ou ainda ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
- c) O espólio é representado em juízo pelos herdeiros.
- d) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz deverá de imediato e sempre decretar a nulidade do processo.

15) A respeito das condições da ação no processo civil, assinale a única assertiva **CORRETA**:

- a) a ausência de qualquer delas pode ser reconhecida pelo juiz *ex officio* ou a pedido de qualquer das partes, a qualquer tempo antes de ser proferida a sentença, não ocorrendo no caso a preclusão.
- b) A presença delas deve ser analisada necessariamente no despacho saneador; caso ausente o exame expresso nesse momento, ocorre preclusão.
- c) a ausência das condições da ação somente pode ser reconhecida mediante iniciativa das partes.
- d) O exame das condições da ação ocorre exclusivamente quando o juiz determina a citação.

16) A respeito do litisconsórcio, assinale a **CORRETA**:

- a) Litisconsórcio necessário e unitário representam sempre a mesma figura processual e são expressões sinônimas.
- b) Não é cabível ao juiz limitar o número de litisconsortes facultativos em uma mesma relação processual, pois essa medida representaria violação ao princípio da instrumentalidade do processo.
- c) A existência de comunhão de direitos ou de obrigações relativas à lide é uma das circunstâncias que determina a formação do litisconsórcio, que pode ocorrer no polo ativo ou passivo da relação processual.
- d) a existência de conexão entre causas pelo objeto ou pela causa de pedir não dá lugar ao litisconsórcio, mas sim ao chamamento ao processo.

17) Com relação à competência, deve-se observar que ela é o resultado da distribuição do poder jurisdicional a diversos órgãos do Poder Judiciário que recebem parcela da jurisdição. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA** quanto à assertiva sobre as regras de fixação da competência:

- a) a competência pode ser absoluta ou relativa; a absoluta não pode ser modificada pela vontade das partes; pode ser avaliada de ofício pelo juiz ou arguida por qualquer das partes, independentemente de exceção, a qualquer tempo e grau de jurisdição; ela não está sujeita a preclusão e enseja juízo rescisório.
- b) a competência relativa poderia ser modificada por convenção das partes ou por inércia do réu; não pode ser declarada de ofício pelo Juiz; não enseja nulidade dos atos processuais; todavia permite o juízo rescisório.
- c) nas ações civis públicas, o critério para a determinação da competência é o local do dano; nos casos de competência federal em que o local do dano não for sede de Seção ou Subseção da Justiça Federal, ela será julgada pelo juiz da Comarca local. O juízo do local do dano terá competência funcional para o julgamento da causa, sendo portanto absoluta.
- d) há conexão quando duas ou mais ações possuem identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras; a continência ocorre for comum o objeto ou a causa de pedir.

18) De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) É facultativa a intervenção do Ministério Público quando presente interesse de incapazes, o que ocorrerá a depender da vontade do juiz.
- b) É obrigatória a intervenção do Ministério Público em qualquer ação que envolva litígio pela posse de terra rural.

c) Compete a intervenção do Ministério Público nas causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

d) Quando atuar como fiscal da lei no processo civil, não se admitirá que o Ministério Público apresente documentos e certidões, ou produza prova em audiência, bem como requeira medidas ou diligências probatórias, limitando-se o órgão a se manifestar em parecer.

19) Com relação à petição inicial e ao procedimento ordinário, assinale a CORRETA:

a) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

b) Se houver o indeferimento da petição inicial, caberá agravo de instrumento, sendo facultado ao juiz rever o entendimento anterior e determinar o prosseguimento do processo, com a citação do réu.

c) O pedido deve ser certo ou determinado. Nunca será lícito formular pedido genérico.

d) Para que ocorra cumulação de pedidos contra um mesmo réu no processo, será sempre necessária a conexão.

20) Leia inicialmente a seguinte passagem:

“Com a nova questão, intitulada de 'acesso à justiça', surgiram, dentre outras, a preocupação com a efetividade do processo, ou melhor, a preocupação em saber se o processo estava realmente atendendo às expectativas do consumidor do serviço jurisdicional, que não desejava outra coisa senão um processo que fosse capaz de conferir ao cidadão o mesmo resultado que seria alcançado caso o agir (a ação) privado (de direito material) não estivesse proibido pelo Estado.”

ARENHART, Sérgio Cruz, MARINONI, Luís Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. 3 ed. São Paulo: revista dos Tribunais, 2004. pag.66.

Atualmente, muitas das ações civis públicas propostas pelo Ministério Público veiculam pedidos de obrigação de fazer ou não fazer, a fim de corrigir problemas verificados por vezes na atuação do Poder Público. A respeito dessas ações com pedidos de obrigação de fazer ou não fazer, assinale a única alternativa **CORRETA**:

a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação; se procedente o pedido, determinará apenas a imposição de astreintes, uma vez que não há possibilidade de a Justiça determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente.

b) Há possibilidade de a Justiça determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente. Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição

de força policial.

c) A obrigação de fazer, no caso de inadimplemento pelo requerido, sempre se converterá em perdas e danos, ainda que possível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

d) O juiz poderá fixar multa para impor ao requerido o cumprimento de obrigação de fazer, sempre a pedido das partes, sendo vedado fazê-lo de ofício.

21) A inimizabilidade penal é causa excludente da:

a) Tipicidade.

b) Ilícitude.

c) Culpabilidade.

d) Antijuridicidade.

22) O instituto que permite ao preso condenado o resgate da penal pelo trabalho é:

a) Detração.

b) Regressão.

c) Remição.

d) Perdão.

23) Em se tratando de crimes culposos é **CORRETO afirmar que:**

a) O elemento subjetivo é relacionado com o grau do dano previsto.

b) A culpa envolve análise da finalidade da conduta típica.

c) É imprescindível analisar o assentimento consciente ou inconsciente do agente quanto ao resultado desejado.

d) É sempre necessário observar a consciência da ilicitude.

24) Dizer a alguém que ele é um ladrão caracteriza, em tese, a figura típica do crime de:

a) Calúnia.

- b) Injúria.
- c) Difamação.
- d) Denúncia Caluniosa.

25) No concurso de crime, é **CORRETO** assegurar:

- a) Trata-se, na verdade, de concurso de penas, segundo posição adotada pelo legislador.
- b) No concurso formal imperfeito, o legislador preferiu aplicar o sistema do cúmulo material.
- c) O crime continuado não comporta lesão a interesses jurídicos pessoais de vítimas diversas.
- d) Não pode haver continuidade delitiva entre um crime de forma simples e outro de forma qualificada.

26) No tocante às provas no processo penal, é **CORRETO** afirmar:

- a) O Juiz pode dispensar a produção de uma prova se o fato a ser provado for público e notório.
- b) Os fatos narrados na denúncia e confessados pelo réu não necessitam ser provados, posto que incontroversos.
- c) A prova pericial de nenhum modo pode ser ilidida por prova testemunhal.
- d) Tanto o Ministério Público quanto o acusado devem, sob pena de preclusão, apresentar documentos comprobatórios de suas alegações na primeira oportunidade que lhes couber falar nos autos.

27) Sobre o habeas corpus, é **CORRETO** afirmar:

- a) Não é meio idôneo para trancar inquérito policial ou ação penal relativamente à conduta penalmente atípica.
- b) O juiz não pode, de ofício, expedir a ordem de habeas corpus.
- c) Pode ser impetrado concomitantemente ao recurso previsto em lei, sendo evidente a coação ilegal.
- d) Necessita de advogado para sua impetração.

28) Segundo dispõe o art. 385, do CPP, o Juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição do réu. A referida norma processual decorre:

- a) Do princípio do contraditório.
- b) Do princípio de legalidade.
- c) Do princípio da publicidade.
- d) Do princípio da indisponibilidade do processo.

29) Acerca do poder investigatório do Ministério Público na seara do ilícito penal, é **CORRETO** afirmar:

- a) O posicionamento majoritário no STF em controle difuso é de que a atribuição investigatória do Ministério Público apenas ocorre nos crimes de tortura.
- b) O posicionamento majoritário no STJ é de que essa atribuição do Ministério Público apenas ocorre nos crimes contra a Administração Pública.
- c) O STF julgou, em controle abstrato, a inconstitucionalidade de dispositivo normativo que impedia o Ministério Público de investigar crimes.
- d) Nenhuma das respostas acima.

30) A, agente da Polícia Federal, foi morto em São José de Ribamar pelo traficante B, que resistiu à prisão, no momento em que vendia maconha. A competência para o julgamento do feito é:

- a) Do júri federal em relação ao homicídio e ao tráfico.
- b) Do juízo da Vara de Entorpecentes de São Luís em relação ao crime de tráfico de entorpecentes.
- c) Do júri federal em relação ao homicídio e ao tráfico de entorpecentes.
- d) Do júri de São José de Ribamar em relação ao homicídio.

PROVA SUBJETIVA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

As questões têm valor idêntico de 5 (cinco) pontos, e devem ser respondidas, cada uma, no espaço máximo de 60 linhas.

O candidato deverá anotar no campo abaixo apenas o seu número de inscrição, sendo expressamente vedado qualquer tipo de identificação (nome, assinatura ou outro sinal que permita individualizar o seu autor), sob pena de desclassificação.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO: _____

QUESTÃO 1

Em certa capital nordestina, foram identificados diversos pontos de lançamento de esgotos *in natura* em vários corpos hídricos, resultando em índices elevados de poluição em muitos pontos das suas praias.

Diante da situação, o Ministério Público Federal instaurou inquérito civil público e chegou à conclusão (amparado em laudos técnicos) de que não existiriam diversos equipamentos públicos (estações de tratamento, estações elevatórias, redes de captação de esgotos) necessários ao tratamento minimamente desejável dos efluentes produzidos. Por sua vez, outros laudos indicaram riscos à população em função da poluição nas praias.

Ante a situação, o(a) Procurador(a) da República responsável pelo caso propôs ação civil pública perante a Justiça Federal na qual requereu, após ampla fundamentação acompanhada de todas as provas necessárias, que fosse determinado pelo Juiz a implantação de todos os equipamentos públicos indispensáveis ao tratamento dos efluentes nos corpos hídricos, assim como asseguradas medidas de despoluição das praias.

Ante o quadro hipotético observado, elabore texto dissertativo sobre a possibilidade de o Ministério Público Federal promover ações judiciais que tenham como objeto a imposição pelo Judiciário da execução de políticas públicas, abordando necessariamente os seguintes pontos: judicialização de políticas públicas no Brasil e sua dimensão constitucional; intervenção do Judiciário no exercício de competência discricionária da Administração Pública; limitações orçamentárias e a reserva do possível.



MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Maranhão
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – 2013

FOLHA DE RESPOSTA

CENTRO **Direito**

INSCRIÇÃO Nº

GABARITO

| Questão | A | B | C | D |
|---------|---|---|---|---|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |
| 7 | | | | |
| 8 | | | | |
| 9 | | | | |
| 10 | | | | |
| 11 | | | | |
| 12 | | | | |
| 13 | | | | |
| 14 | | | | |
| 15 | | | | |
| 16 | | | | |
| 17 | | | | |
| 18 | | | | |
| 19 | | | | |
| 20 | | | | |
| 21 | | | | |
| 22 | | | | |
| 23 | | | | |
| 24 | | | | |
| 25 | | | | |
| 26 | | | | |
| 27 | | | | |
| 28 | | | | |
| 29 | | | | |
| 30 | | | | |